



TJ-SP CONCEDE 6,43%, MAS NÃO DETERMINA DATA PARA O RETROATIVO

Pela primeira vez, desde que assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça, o desembargador José Roberto Bedran, compareceu à reunião com as entidades representativas dos servidores, no dia 20 de maio. Foi para anunciar a reposição salarial de 6,43% a partir de junho. “É o máximo que podemos oferecer neste momento. Sei que ainda há o retroativo dos 4,77% e a diferença de 1,5% para atingir os 8% propostos. Vamos continuar empenhando esforços”, disse.

As entidades representativas dos servidores esclareceram que não veem avanço nas negociações e que a categoria continuará mobilizada até que o TJ apresente as datas para o pagamento da retroatividade do período entre março e novembro de 2010, a retroatividade dos 4,77% concedidos em janeiro e para o índice de 1,5% (diferença para completar os 8% apresentados na proposta das entidades).

No dia 6 de junho as entidades reuniram-se para discutir propostas para a compensação da greve de 2010, conforme havia ficado acordado com o Tribunal. A AASPTJ-SP fez uma pesquisa com seus associados para levantamento de quantos assistentes sociais e psicólogos participaram da greve, por quanto tempo, e sugestões para a realização de mutirão. Os dados da pesqui-

sa foram apresentados pela presidente, Elisabete Borgianni, durante a reunião.

Depois do debate, as entidades protocolaram documento à Presidência do Tribunal (veja no site da AASPTJ-SP).

Essa reunião também teve como objetivo formar as comissões paritárias de Recursos Humanos, Condições de Trabalho, Salarial e Orçamento e Finanças para reuniões de negociação junto ao Tribunal. A AASPTJ-SP estará representada por sua presidente na Comissão de Recursos Humanos e Condições de Trabalho (veja documento no site da AASPTJ-SP).

No dia 7 ocorreu a primeira reunião da Comissão de Orçamento e Finanças no Tribunal de Justiça. A discussão foi sobre a Proposta Orçamentária Setorial para o exercício de 2012. Um dos pontos mais discutidos foi em relação a valores, na questão entre o passivo da categoria e o da magistratura quando ocorre o corte efetuado pelo Executivo, no qual os servidores são sempre os mais afetados. Os representantes das entidades que compõem a comissão criticaram o fato de o TJ realizar apenas uma reunião com os servidores. Os representantes ressaltaram que, infelizmente, o Tribunal

aceitou a reunião apenas às vésperas de enviar o orçamento para o Órgão Pleno e para atender determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No dia 15 de junho, as entidades estiveram novamente no Tribunal para mais uma reunião de negociação. Novamente os representantes do Judiciário não definiram uma data para que os atrasados sejam pagos. Discutiu-se a peça orçamentária para o ano de 2012, que seria votada na tarde do mesmo dia pelo Órgão Especial, no entanto a votação foi adiada. Repetindo a mesma estratégia do ano passado, o Tribunal pretende consignar todas as verbas devidas aos seus servidores, além de majorações diversas, conforme foi discutido na semana anterior, conjuntamente, por representantes da categoria e do TJ.

A proposta de orçamento a ser votada deverá contemplar: índice de reposição salarial de 14,69%, período abril de 2002 à fevereiro de 2009; índice de 1% de ganho real; passivo dos servidores (advindos de férias, licenças-prêmio, FAMs etc, devidos e não pagos); índice de 8% (projeção para 1º de março de 2012) de reposição salarial; majoração dos auxílios saúde, alimentação e transporte; acréscimo de aproximadamente duas mil vagas para o programa Creche Escola. A proposta deverá ter um valor em torno de R\$ 12 bilhões.

TJ-SP NEGA REDUÇÃO DE JORNADA PARA PSICÓLOGOS ADMINISTRATIVAMENTE

Mais uma vez o Tribunal de Justiça mostra-se intransigente a uma solicitação da categoria. Em novembro, a AASPTJ-SP encaminhou ofício à Presidência do TJ, solicitando a equiparação da jornada de trabalho com a dos assistentes sociais judiciários, que a partir da Lei Nº 12.317/2010, passou a ser de 30 horas semanais. Anexo ao ofício, foi entregue um abaixo-assinado elaborado por psicólogos judiciários, contando com a assinatura de centenas de profissionais de todo o Estado.

Recebemos no dia 1º de junho resposta do juiz assessor da Presidência Fernando Antonio Tasso, negando a isonomia e citando o Projeto de Lei Nº 133/2011, de autoria do deputado Carlos Giannazi e que institui a jornada de 30 horas para os psicólogos do Estado de São Paulo.

O PL encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa nas Comissões de Constituição e Redação e de Administração Pública e Relações do Trabalho.

Em defesa da rápida tramitação do Projeto e dando continuidade à mobiliza-

ção pelas 30 horas, a AASPTJ-SP, juntamente com uma comissão de psicólogos da Fundação Casa participou da gravação do programa Assembleia Popular, na Alesp no dia 8 de junho. Antes do início da gravação do programa, o deputado Major Olímpio (PDT) esteve no auditório Franco Montoro para prestar seu apoio ao movimento dos psicólogos.

As falas a favor das 30 horas podem ser assistidas no site da AASPTJ-SP.

PL CONCURSOS PARA ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO ENCONTRA-SE NA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

No dia 16 de junho a AASPTJ-SP esteve reunida com o deputado estadual Ary Fossen (PSDB), relator designado para elaborar um parecer ao Projeto de Lei Complementar Nº. 49/2009 pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa. Também participou da reunião o desembargador Antonio Carlos Malheiros, coordenador da infância e juventude do TJ-SP. Representaram a Associação a presidente, Elisabete Borgianni, a primeira tesoureira, Esther Katayama, e a assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva.

A iniciativa da reunião foi da AASPTJ-SP visto que o referido PL cria 420 cargos para assistentes sociais e 225 para psicólogos para o interior do Estado de São Paulo.

Elisabete falou sobre a importância da aprovação do projeto para o Tribunal de Justiça e pontuou que não representará gasto para o TJ, já que os cargos serão criados a partir de cargos extintos

de auxiliares judiciários. A presidente expôs ao deputado a situação em que se encontram os Setores Técnicos com a crescente demanda de trabalho e defasagem no número de profissionais. “Só para citar um exemplo, Suzano que é um município de alta vulnerabilidade, vem atendendo sua população no Fórum há anos, com apenas uma assistente social desde 1991”, alegou.

O deputado comprometeu-se a trabalhar pelo rápido trâmite do PL, solicitando ao seu acessor que o colocasse em regime de urgência. No dia seguinte recebemos o parecer de Ary Fossen favorável ao Projeto, que foi apresentado à Comissão no dia 21 de junho. No entanto, sua votação foi adiada porque o deputado Simão Pedro (PT) pediu vistas. No dia 27, o deputado recebeu a AASPTJ-SP e explicou ter pedido vistas pois o Judiciário tem remetido muitos projetos à Alesp e é necessário uma análise apurada dos deputados de

quais PLs são realmente importantes. Simão Pedro também foi favorável em seu parecer. Como a Assembleia entra em recesso em julho, e a última semana da Comissão ficou reservada para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, o PL 49/2009 só poderá ser inserido na pauta a partir de agosto.

Solicitamos a todos que continuem encaminhando e-mails aos deputados que compõem a Comissão, solicitando aprovação do Projeto: mbragato@al.sp.gov.br; afossen@al.sp.gov.br; rengler@al.sp.gov.br; aperugini@al.sp.gov.br; anaperugini@yahoo.com.br; lmarcolino@al.sp.gov.br; spedro@al.sp.gov.br; egalvao@al.sp.gov.br; reginagoncalves@al.sp.gov.br; vsapienza@al.sp.gov.br; orlandobolcone@al.sp.gov.br; vdamo@al.sp.gov.br

A partir da primeira semana de agosto, voltaremos a fazer gestões junto aos deputados para o rápido trâmite deste Projeto.

PRIMEIRA REUNIÃO DO FÓRUM DE DEBATES PRÓ ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADES PSICO SOCIAIS

Aconteceu no dia 28 de maio a primeira reunião do Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais. Com mais de 60 pessoas, contou com a participação de profissionais do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, da Fundação Casa, do Sindicato dos Psicólogos, da Psicologia do Trânsito, de Ongs, do Sistema Prisional, da Secretaria da Saúde e do Caps.

O encontro teve início com uma apresentação do Fórum e seus objetivos e análise sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais e psicólogos feita pela presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, assistente social, e pela primeira tesoureira, Esther Katayama, psicóloga.

Elisabete explicou que a instalação do Fórum foi deliberada pelos associados da AASPTJ-SP em assembleia, realizada em março. Em seguida, relembrou o movimento de greve dos servidores do Judiciário e a resistência dos trabalhadores durante 127 dias por melhores condições salariais e de trabalho. “Neste movimento percebemos que apenas a luta jurídica não dá conta da garantia dos direitos dos trabalhadores, a organização e a luta política são mais do que necessárias”, expôs. Falou também so-

bre a precarização do trabalho, a falta de pessoal, o arrocho salarial e desvalorização do trabalho dos profissionais o que tem culminado no adoecimento mental. Terminou sua fala ressaltando a importância da resistência, dentro do campo democrático, para conduzir a organização e desenvolvimento do Fórum.

Esther retomou aspectos históricos da organização político-sindical durante o século XX e do controle estatal sobre os trabalhadores, especialmente em São Paulo, que há 20 anos encontra-se sob o domínio de um mesmo partido político. “A partir da década de 1940, o Estado, para não perder o controle, passou a fomentar a criação de sindicatos, colocando pessoas de sua confiança dentro destas organizações”, disse. “Por isso, a luta individual não resolve o problema, certas questões têm que ser enfrentadas no âmbito político. Durante a greve do Judiciário nos questionávamos como nós, que nos consideramos porta-voz da população não lutávamos pelos nossos próprios direitos”, completou.

Esther também abordou como o psicólogo vem se organizando e as dificuldades deste profissional no engajamento político já que historicamente esteve inserido no mercado de trabalho como profissional liberal (o artigo que baseou a fala de Esther pode ser encon-

trado no site: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S14149893198400100003&script=sci_arttext

Em seguida ocorreu a palestra “Análise de conjuntura e da organização sindical”, ministrada pelo sociólogo, historiador e professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mauro Iasi.

O professor citou uma pesquisa da Fiocruz que constatou que 30% da força de trabalho brasileira sofrem de transtornos mentais leves e 5% sofrem de transtornos graves.

Iasi retomou alguns aspectos históricos da organização e luta sindical e a reposta encontrada pelo Estado: o atrelamento sindical e como, naquela época, a questão social era tida como uma questão de polícia. Falou sobre o governo Getulio Vargas, que criou o Ministério do Trabalho, uma forma de esvaziar a luta autônoma dos sindicatos e o nascimento do imposto sindical, que é recolhido pelo Estado, que repassa a verba para as centrais sindicais, federações e sindicatos. “Portanto, a organização dos trabalhadores é financiada pelo Estado, é como diz aquele ditado popular: ‘quem paga a banda escolhe a música’”, alegou.

Ele citou algumas pesquisas feitas durante este processo que concluem que o trabalhador brasileiro não tem cons-

ciência de classe. No entanto, alguns anos depois alguns acontecimentos “desmentiram” essas conclusões, como por exemplo, as greves no ABC paulista.

Falou também sobre os dias atuais, desde a abertura democrática pós ditadura militar e as duas grandes crises – do capital e a desmontagem dos países do Leste Europeu – até a Reforma Sindical, que está sendo discutida no

Congresso. “Pelo o que está vindo aí, para os trabalhadores criarem um sindicato terão que enfrentar toda uma burocracia, já para uma central criar um sindicato, basta uma reunião”, expôs.

Após amplo debate sobre os temas abordados durante as palestras, foram votados alguns encaminhamentos. Foi criada uma comissão provisória, composta por representantes dos

diversos órgãos presentes para futuros encaminhamentos do Fórum. A próxima reunião do Fórum ocorrerá no dia 9 de julho no mesmo local com tema voltado para a Reforma do Estado, suas especificidades em São Paulo e reflexo nos diversos espaços socio-ocupacionais (Judiciário, Defensoria Pública, Ministerio Publico, Fundação Casa, Sistema Prisional etc.)

LANÇAMENTO DO PROJETO DE ESCUTA NÃO REVITIMIZANTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLÊNCIA

Ocorreu no dia 15 de junho na sede da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) o lançamento do Projeto de escuta não revitimizante de crianças e adolescentes vítimas de violência, pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJ-SP. A AASPTJ-SP esteve no evento, representada por sua presidente, Elisabete Borgianni, e por sua primeira tesoureira, Esther Katayama.

O coordenador da Infância e Juventude, desembargador Antonio Carlos Malheiros, disse durante a mesa de abertura que “a grande missão do Judiciário é trazer felicidade para todos e que embora, a Justiça ainda esteja ausente da vida das crianças e adolescentes, este projeto seria um passo para mudar esta situação”.

A apresentação dos pontos principais do projeto foi feita pelo juiz membro da Coordenadoria e um dos autores do projeto, Eduardo Rezende Melo, que enfatizou que o projeto foi motivado pela falta de sensibilidade e de linguagem apropriada com que muitas vezes as crianças e adolescentes vítimas de violência são atendidos no Judiciário. “Percebemos que após falar com diversos profissionais sobre

o que sofreu, a criança muitas vezes se acomodava e parava de colaborar e o réu acabava sendo absolvido”, disse.

O juiz mostrou o modelo de protocolo elaborado para o projeto piloto que se dará nas comarcas de São Caetano do Sul, Campinas, Atibaia e Guarulhos, além da Vara de Violência Doméstica na capital. Segundo ele, o projeto trabalhará com dois grandes eixos: a responsabilização do ofensor e a proteção da criança.

A psicóloga da Coordenadoria, Dayse Franco Bernardi, falou sobre o histórico da construção do projeto e a modificação de seu título de depoimento sem dano para depoimento não revitimizante. “Não foi apenas o nome que mudou, também não há mais o uso do ponto eletrônico como havia no depoimento sem dano”, alegou.

Durante o tempo destinado a dúvidas e debates, Elisabete pronunciou-se em defesa dos assistentes sociais e psicólogos judiciários. A presidente afirmou que o Projeto ainda está em construção e que, portanto, ainda pode receber sugestões. Uma delas seria a de que o protocolo previsse um espaço para que o técnico possa optar pela não participação da inquirição.

Elisabete falou que a preocupação da AASPTJ-SP não é somente com a proteção da criança, mas também com a falta de investimento com a equipe técnica do Judiciário, que se encontra defasada e lida com uma demanda cada vez maior de trabalho. “Enfrentamos hoje uma efetiva e brutal desproteção dos profissionais”, desabafou. Apontou que é neste sentido que os conselhos de Serviço Social e Psicologia têm se manifestado e que suas resoluções devem ser consideradas. Confira a íntegra da fala de Elisabete no site da AASPTJ-SP.

Seminário

Conforme já divulgado em Boletim anterior, a AASPTJ-SP solicitou a profissionais especializados pareceres sobre o tema, do ponto de vista social, psicológico, psiquiátrico e jurídico. Também está organizando o **Seminário “Criança, violência e proteção de direitos”**, que será dia **26 de julho** no Tuca, teatro da PUC-SP. Acompanhe as informações sobre a programação pelos boletins eletrônicos.

CAMPANHA “STF, VOTE CONTRA A ADIN 4.468”

O Conjunto CFESS-CRESS não mede esforços para garantir o direito estabelecido pela lei 12.317/2010 a todos/as os/as assistentes sociais, a jornada semanal de trabalho de 30 horas. Para tanto, o Conjunto lançou, no dia 3 de maio, a Campanha “STF, vote contra a ADIN 4.468” e conclama toda a categoria a se engajar nessa luta, que é de todos/as, pela constitucionalidade da lei 12.317/2010, assinando o abaixo-assinado em defesa das 30 horas semanais sem redução salarial.

Para quem ainda não sabe, é importante lembrar que a Confederação Nacional de Saúde (CNS), entidade que

representa nacionalmente os interesses econômicos das empresas prestadoras de serviços de saúde, portanto patronais, solicita a declaração de inconstitucionalidade da lei n.º 12.317/2010, por considerá-la incompatível com a sistemática constitucional dos direitos sociais e econômicos, fatores institucionais constitutivos da democracia brasileira e do modelo de Estado adotado pela Constituição de 1988. Para tanto, a CNS impetrou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual alega que “carecem de legitimidade os fundamentos utilizados pelo legislador para edição da lei federal n.º 12.317/2010”.

Por isso, o Conjunto CFESS-CRESS convoca os/as assistentes sociais de todo o Brasil a lotarem as caixas de e-mails dos Ministros do STF, solicitando que votem contra a ADIN 4.468, com a sugestão de mensagem disponibilizada no site do CFESS e assinem o Abaixo-assinado contra a ADIN 4.468.

Veja aqui como enviar e-mails aos ministros do STF e como assinar o abaixo-assinado contra a ADIN: http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=594

Informações do CFESS

REUNIÃO COM PSICÓLOGOS QUE ATUAM NAS VARAS DE FAMÍLIA

No dia 04 de junho, a AASPTJ-SP promoveu um encontro com os psicólogos do TJ sobre o trabalho em Vara de Família, no qual se levantou as dificuldades e especificidades da função pericial diante das Resoluções e das Referências técnicas sobre este trabalho que foram publicizadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

Percebemos que há necessidade da abertura deste diálogo entre os colegas

da capital e do interior sobre as problemáticas regionais, bem como a abertura de uma interlocução com o Conselho Profissional de Psicologia. Dessa forma, outra reunião foi agendada para o dia 15 de junho, na qual foi importante observar que as práticas profissionais têm se ampliado e modificado na medida em que as demandas da população usuária e dos operadores do Direito têm sido contempladas pelos psicólogos judiciá-

rios. Por isso, as reflexões e questionamentos sobre quem é o cliente na prática judiciária, qual a metodologia que vem sendo utilizada, a complexidade do sigilo na perícia, a especificidade e diferença da atuação do psicólogo em relação ao que é demandado pelo operador do Direito, foram levantadas pelo grupo e deverão ser levadas para uma reunião com o Conselho Regional de Psicologia em breve.

IV SEMINÁRIO ANUAL DE SERVIÇO SOCIAL

No dia 16 de maio ocorreu o IV Seminário Anual de Serviço Social, organizado pela Cortez Editora e que teve como tema: “Crise do capital, trabalho, lutas de resistência: Assistentes sociais no enfrentamento da superexploração e do desgaste físico e mental”. O evento contou com a participação de cerca de 600 assistentes sociais e estudantes de todo o País. Diretoras e associados da AASPTJ-SP também participaram do evento.

A primeira mesa de debates tratou do tema “Crise capitalista, superexploração do trabalho e lutas de resistência” e teve as palestras de Ricardo Antunes e José Paulo Netto. Antunes falou sobre o atual contexto de exploração do trabalho pelo capital. Uma das consequências deste quadro é o surgimento de uma nova classe trabalhadora “invisível”, fruto da crescente informalização dos empregos. “Para o capital todos os espaços são geradores de lucro, de exploração da mais valia, precisamos compreender essa nova forma de superexploração e entender os novos movimentos que surgem contra ela”, expôs. José Paulo Netto seguiu semelhante linha de raciocínio, mas voltou sua fala mais para o Serviço Social. Para ele, o mercado de trabalho de Serviço Social consolidou-se nos anos 80 e atualmente é fortemente marcado pelo modelo Taylor-Fordista. “Antigamente a duplicidade de emprego também existia, mas não por necessidade econômica. Hoje, sem o pluriemprego o jovem não sobrevive. Este quadro é mais visível nas ONGs”, alegou.

A segunda mesa de debates abordou o tema “Trabalho e desgaste físico e mental: O assistente social frente ao risco do próprio adoecimento”, com as palestrantes Edith Seligmann Silva e Joyce Pires Ferreira. A médica Edith falou sobre sua história profissional e o convívio com os assistentes sociais durante sua carreira. Em seguida, expôs sobre como o trabalho tem se tornado um dilapidador da saúde física, mental e ética do trabalhador. “O trabalho pode ser tão invasivo que as pessoas perdem a capacidade de pensar criticamente e tornam-se alienadas. A fadiga envenena a existência, dilapida a convivência familiar e em um nível de desgaste ainda maior, dilapida o projeto de vida das pessoas e as esperanças do ser social”, explicou. Joyce, que é assistente social judiciário de Ribeirão Preto e associada da AASPTJ-SP, apresentou dados da pesquisa que realizou para sua monografia de conclusão de curso de especialização, cujo tema foi “O processo de trabalho do assistente social judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Prazer, Sofrimento e Dor no Cotidiano Profissional”. A pesquisa constou de um questionário encaminhado aos assistentes sociais do Tribunal de Justiça, que foi respondido por 25 profissionais. Joyce apresentou os principais fatores apontados pelo entrevistados sobre o prazer do trabalho que realizam e as dificuldades e angústias causadas pelas más condições de

trabalho, ilustrando com trechos de depoimentos (veja a apresentação de Joyce no site da AASPTJ-SP).

“O assistente social como trabalhador assalariado – desafios frente às violações de seus direitos” foi o tema da última mesa do dia, com a participação de Rachel Raichelis e Ivanete Boschetti. Rachel falou sobre como as transformações do Capitalismo atingem duramente o trabalho assalariado e, principalmente, o servidor público. “Estas transformações afetam a imagem do servidor público, instalando um clima social desfavorável à ampliação do quadro administrativo no âmbito público”, acredita. Para ela, uma das lutas mais importantes a ser empreendida pelos trabalhadores é pela capacitação continuada. “As instituições cada vez mais exigem qualificação profissional, mas não oferecem capacitação continuada, uma de suas obrigações, acabam exigindo que o profissional invista individualmente em sua capacitação”, alegou. Representando o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do qual é ex-presidente, Ivanete expôs sobre um dos principais desafios do Serviço Social hoje, a luta pelo cumprimento da Lei 12.317/2010, que institui a jornada semanal de 30 horas para os assistentes sociais. “Não nos conformemos com a resistência dos patrões em não aplicar a lei. Esta é uma vitória de toda uma classe trabalhadora”, clamou. “Não aceitemos em hipótese alguma que essa lei seja uma letra morta e não seja para todos os assistentes sociais do País”, completou.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni,
Vice-presidente – Maria Helena Corrêa,
1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero,
2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra,
1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama,
2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini e Margarida Maria Buosi
– Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini,
Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação

Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar –
Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP –
Telefone: (11) 3256-5011

E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br; Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.